

# Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares

*André Wesley Barbosa Oliveira*

Universidade Estadual do Piauí  
Floriano - Piauí - Brasil  
andrewesleybo@aluno.uespi.br

---

**Resenha da Obra:** MOTA, Thiago Henrique (org.). **Ensino antirracista na Educação Básica:** da formação de professores às práticas escolares. Porto Alegre: Fi, 2021.

---

Thiago Henrique Mota, organizador desse trabalho, é pesquisador e professor de História da África na Universidade Federal de Viçosa, além de também atuar no Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania na mesma Instituição. Sendo ainda Doutor em História Social pela Universidade de Minas Gerais e coordenador do grupo de pesquisa Observatórios Atlânticos.

O trabalho organizado por Thiago Mota, intitulado “Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares” é marcante, intenso e convidativo do início ao fim. Se fazendo assim – acima de tudo para futuros professores – um material de análise necessário. Vale ressaltar a precisão de Thiago – e dos demais professores em suas determinadas participações – na estruturação da obra. Construindo-a de forma argumentativa por uma maneira que leve a melhor compreensão. Partindo das definições e necessidades aos modos de como podem ser implementados na prática.

A obra gira em torno, como o próprio nome sugere, da necessidade da desconstrução de ideais preconceituosos cravados na nossa sociedade ao longo do tempo; como esse ensino democrático e plural vem sendo realizado em algumas escolas; qual tem sido a percepção das pessoas envolvidas nesse processo; quais as dificuldades que contribuem para a NÃO efetivação desse ensino; bem como ressaltar a necessidade da formação continuada dos professores voltada à essa área e relatar algumas experiências em sala de aula e resultados de pesquisas.

De início, o impacto da dedicatória já realiza a função – mesmo que não seja esse o seu intuito – de mostrar que a discriminação racial é uma realidade que sobrevive até os dias de hoje e por isso justifica a necessidade dessa obra já que, segundo o próprio autor, o objetivo da obra “ao oferecer metodologias de trabalho para uma educação antirracista desde a formação de professores às práticas escolares na educação básica, é modificar as condições materiais de existência da população negra brasileira” (p. 14).

Apresentar o ensino como base fundamental para a transformação é uma das ideias fundamentais da obra. “Partimos do princípio de que o ensino antirracista se pauta na educação para a liberdade e, sobretudo, na educação para a justiça e a felicidade” (p. 15). Sabe-se que há, então, uma necessidade do ensino antirracista, mas até que o mesmo seja efetivo existe um longo caminho a percorrer. A implementação da Lei 10.639/2003 foi um avanço em relação a essa questão, e talvez um dos pontos de maior acerto do autor é atribuir ao próprio movimento negro, já que foi o principal eixo de luta, o valor e reconhecimento devido no incentivo a criação dessa lei.

A referida lei apresenta como obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Isso se manifesta na necessidade do indivíduo se entender como sujeito de identidade e pertencente a um lugar. Mesmo que não seja um sujeito negro:

No âmbito das relações raciais vividas no Brasil, é útil destacar: nenhuma pessoa branca, hoje, é responsável pelos horrores do tráfico de pessoas negras, a escravização delas e as condições desumanas a que foram submetidas, no passado. Entretanto, todas as pessoas brancas, hoje, são herdeiras de privilégios atribuídos aos brancos e construídos desde a escravidão dos negros no Brasil, seja devido à manutenção de heranças dentro das famílias brancas, seja por não serem alvo dos preconceitos raciais que inibiram e ainda inibem o progresso escolar e profissional de pessoas negras. Assim, ainda que ninguém, hoje, seja responsável pelo erguimento deste sistema, somos todos responsáveis por combatê-lo, uma vez que usufruir das desigualdades estabelecidas continua sendo um privilégio branco e imoral. Para isso, o estabelecimento de uma educação antirracista deve envolver toda a sociedade, não apenas os negros (p. 19).

Entende-se, portanto, que o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira não deve ser feito apenas como um simples acréscimo de conteúdo, mas a partir de um pressuposto de revisão teórico-metodológico. Não basta acrescentar fatos sobre a própria África, por exemplo, se não muda a forma como se olha para o continente Africano. “Não se trata de acrescentar um tema no programa: antes é preciso rever todo o discurso histórico” (p. 17).

Falando sobre as disciplinas de História da África e História afro-brasileira no ensino superior, Thiago postula que “Além da formação profissional, [...] elas permitem aos estudantes melhor conceber o próprio conhecimento, suas vinculações políticas,

amplitude, diversidade e potenciais para autorreconhecimento e exercício pleno da cidadania” (p. 47).

As contribuições dos africanos são menosprezadas e há, de fato, um esforço de jogar esses sujeitos para a margem. Todo o repertório de preconceito e desvalorização desses povos se pauta também em um arcabouço discursivo, principalmente no meio intelectual, onde se busca a todo momento – por mais que seja impossível – o não desenvolvimento desses povos, ou a sua desumanização. “Os legados dos africanos para a ciência e a cultura universais são, na maior parte dos casos, simplificados, desprezados, ridicularizados ou excluídos dos currículos escolares brasileiros” (p. 50).

A História da África não pode ser ignorada, esquecida, tratada como de menor valor, afinal, as relações do Brasil com o continente africano são estruturais e estruturantes. Não há como se estudar a história brasileira sem se adentrar na História da África, sem se ater nas repercussões das contribuições dos africanos para a construção da sociedade brasileira, quer em aspectos econômicos, políticos, culturais, religiosos etc., quer para se entender os conflitos e tensões que marcam tais relações (p. 51). [...] A intersecção da história e cultura africana com a brasileira auxilia a valorizar positivamente as relações entre os diversos grupos étnico-raciais que convivem no Brasil. O desconhecimento dessa intersecção, em via contrária, produz visões distorcidas, que repercutem, nos extremos, em ações discriminatórias, como nos casos de discriminações raciais que vitimam negros (p. 53).

No entanto, mesmo com o reconhecimento da necessidade do estudo das culturas africanas, suas influências e contribuições para nossa sociedade hoje, ainda existem – como já mencionado anteriormente – algumas dificuldades para a concretização desse ensino. A desatualização dos livros didáticos é um exemplo. Os mesmos, quando manifestam a cultura africana, não dão a real importância, fazendo com que o conteúdo apareça de forma simplista, na grande maioria das vezes, deixando subtendido que ele só está presente por ser uma obrigatoriedade. “Mesmo com todos os avanços percebidos no livro de Boulos e, como dito anteriormente, sobre o paradigma historiográfico, entendemos que este ainda é regido pelo saber eurocêntrico [...]” (p. 286). A falta de autores negros nas bibliotecas a que os alunos têm acesso é outro exemplo. Além de todo um aspecto pedagógico, isso ainda tira dos alunos a noção de representatividade, diminuindo referenciais e escondendo sujeitos na produção da sua própria história.

Soma-se a isso a própria ilusão que envolve a maior parte da sociedade, de que o Brasil é um país construído sob uma democracia racial, no qual – nessa perspectiva – o processo de formação nacional, bem como a própria miscigenação é romantizada. Isso acaba deixando de lado todas as mazelas advindas de conflitos violentos e sujeitando a história a mera cronologia evolutiva, onde tudo o que aconteceu era simples necessidade

até a linha de chegada ao progresso, escondendo, assim, reflexos dessas lutas que perduram até os dias de hoje em nossa sociedade. “[...] Soma-se a crença de que vivemos em uma democracia racial, na qual não há conflitos ou abismos provocados pela distância que separa brancos e negros no que tange o acesso aos bens públicos e às oportunidades” (p. 197).

A própria compreensão de reanalisar temáticas históricas fora do dualismo continental Europa X América – como se esses fossem os únicos que influenciariam todos os interesses do globo – contribuem para apresentar um protagonismo do continente africano. Como exemplo, podemos citar a própria análise do período da Guerra Fria, mostrando a “África e o Terceiro Mundo como construtores ativos das dinâmicas da Guerra Fria” (p. 265).

Conclui-se então, ponto em que tenho total concordância com os autores, que o poder da escola como espaço social e do professor como agente mediador não deve ser menosprezado, antes, deve ser valorizado e refletido. Apesar de ambíguo, contribuindo positiva ou negativamente. É através da ação destes que a transformação, a modificação das condições de vida – claro, com a agência dos alunos – pode ser alcançada.

A escola desempenha um papel significativo na produção da memória coletiva, das identidades sociais e da reprodução ou transformação das relações de poder. É, portanto, um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são mais difundidas. Ao mesmo tempo, por ser a instituição social responsável pela transmissão do conhecimento e marcada pela diversidade, é também ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas (p. 218).

Entretanto, apesar de fornecer uma base sólida e ampla para a implementação do ensino antirracista, a obra também evidencia algumas limitações que exigem uma análise crítica. Mesmo abordando questões como a falta de atualização dos livros didáticos e a escassez de autores negros nas bibliotecas, seria interessante uma análise mais aprofundada das resistências culturais e institucionais, juntamente com estratégias para superá-las.

Compreender como professores e instituições educacionais podem superar tais obstáculos é essencial para garantir a eficácia das propostas pedagógicas. Além disso, seria válido discutir de forma mais abrangente a integração de práticas antirracistas em disciplinas como matemática, ciências e artes, a fim de proporcionar uma visão mais completa de como o antirracismo pode ser incorporado em todo o currículo escolar.

Um tema relevante para debate é a utilização de novas tecnologias para fortalecer a educação contra o racismo. Seria interessante analisar como recursos como inteligência

artificial, realidade virtual e plataformas interativas podem ser empregados na elaboração de materiais educativos mais abrangentes e atrativos. Essas ferramentas têm o potencial de proporcionar novas abordagens para o estudo da história e da cultura afro-brasileira, tornando o processo educacional mais dinâmico e envolvente para os estudantes.

Adicionalmente, a análise da interseccionalidade no ambiente educacional é um tema que necessita de maior destaque. Explorar como os aspectos de gênero, classe social, orientação sexual e demais identidades se cruzam com a questão racial pode proporcionar um entendimento mais aprofundado e complexo das vivências dos estudantes. Incluir casos práticos e exemplos de como lidar com essas interseções nas aulas pode ser uma contribuição valiosa para o material didático.

Uma outra questão significativa é o desenvolvimento emocional dos educadores e estudantes no âmbito de uma educação antirracista. A utilização de estratégias de desenvolvimento emocional pode ser benéfica para lidar com as vivências traumáticas e manifestações de preconceito que possam surgir ao longo da aplicação de um programa educacional antirracista. Isso pode envolver a realização de palestras e a capacitação frequente dos professores, auxiliando-os na criação de um ambiente de ensino mais acolhedor e seguro para todos os estudantes.

O trabalho pode ainda se favorecer de uma reflexão acerca da relevância do ativismo estudantil e da participação dos estudantes na formação de um ambiente escolar sem preconceitos raciais. Estimular os estudantes a se engajarem como agentes transformadores, envolvendo-se em debates, pesquisas e ações comunitárias, pode potencializar a influência das práticas antirracistas tanto no meio escolar quanto na sociedade como um todo.

Enfim, a obra poderia estender a reflexão sobre a importância dos pais e da comunidade no suporte ao ensino antirracista. Engajar as famílias e a comunidade é essencial para promover um ambiente educativo unido e eficiente. A implementação de técnicas para envolver esses grupos no ensino antirracista enriqueceria o material e forneceria uma abordagem mais abrangente.

---

SOBRE O AUTOR

**André Wesley Barbosa Oliveira** é graduando em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI).

---

Recebido em 30/08/2024

Aceito em 10/12/2024